

Infância e Cidadania: Encontro(s)

Daniela Gonçalves
Escola Superior de Educação de Paula Frassinetti

daniela@esepf.pt

Palavras-chave: Cidadania; Pensamento Crítico e Criativo; Comunidade Educativa

Resumo

O texto que aqui apresentamos é, fundamentalmente, uma partilha das nossas inquietudes sobre qual a melhor maneira de sermos educadores de cidadãos, colocando a ênfase no papel da Escola – Comunidade Educativa, na esperança de encontrar a *melhor via possível*.

Neste contexto, na primeira parte equacionamos e analisamos alguns dos pressupostos teóricos que têm orientado esta reflexão, enquanto que numa segunda parte, apresentamos aquilo que entendemos pelas *novas finalidades da Educação para a Cidadania* e o modo como foram «trabalhadas» no Jardim de Infância.

Introdução

Não há verdadeiramente um paradigma de cidadão e, por conseguinte, também não se conhece a existência de um modelo único de Educação para a Cidadania. Perante este espectro, e apesar do pluralismo e falta de consenso, é reconhecido por todos aqueles que abordam a questão da Educação para a Cidadania que as sociedades humanas não se regem apenas por interesses materiais mas também por valores. A introdução da razão e seus valores na esfera da vida pública não é uma concessão ao idealismo moral nem uma tentativa ingénua de silenciar conflitos sociais. Recusamos a perspectiva de que o futuro do Homem deve ser deixado ao acaso e, por isso, defendemos que uma Educação para a Cidadania deverá partir de uma premissa essencial: qualquer projecto educativo, para o ser verdadeiramente, nunca pode

distanciar-se da principal finalidade da Educação, isto é, a de contribuir para um aperfeiçoamento moral do ser humano que lhe permita gerir racionalmente as suas escolhas. Só quando cumprir tal finalidade, é que poderá ser considerado legitimamente um projecto antropológico, na medida em que permite ao homem desenvolver ao máximo aquilo que o torna verdadeiramente humano – uma moralidade plena caracterizada por uma autonomia responsável.

Pretendemos demonstrar que a Educação para a Cidadania deve desenvolver um conjunto de crenças, valores e práticas sociais tendo como finalidades o desenvolvimento integral da pessoa enquanto participante de uma comunidade, a integração ética e política do indivíduo na sociedade e a reprodução de modelos democráticos enquanto garantias dos principais direitos fundamentais: nada melhor do que o Jardim-de-Infância para possíveis *Encontros*.

I. Pressupostos da Educação para a Cidadania

Actualmente, o cidadão vê-se confrontado com várias limitações que lhe são impostas pelo ritmo acelerado da existência quotidiana. Por tal, não raras vezes, executa tarefas cujo sentido último e essencial constantemente lhe escapa. Contrariamente à «segurança» do homem tradicional, que resultava de valores como os da família, da escola, entre outros, o homem actual pertence a vários grupos e desempenha vários papéis, cujos valores de referência são, muitas vezes, contrastantes entre si. Os modelos estáveis foram substituídos por imagens que variam frequentemente. Daqui decorre a necessidade de repensar o conceito de cidadania e as suas finalidades. Pensar em propostas alternativas equivale em

pensar na Educação e, obrigatoriamente, pensar na Escola. Pensar a Escola pressupõe, necessariamente, repensar os paradigmas teóricos em que se estruturam o perfil de cidadão a escolarizar, porque a Escola deve preparar cidadãos para um mundo, para uma sociedade que existe e não existe.

Ao pretender influir nas mentalidades e nos comportamentos, a Educação para a Cidadania deve possibilitar aos indivíduos a consciência dos seus direitos e deveres, através da reflexão sobre as diferentes práticas sociais e da explicação histórica dessas práticas para elaboração de propostas, de mudanças/inovadoras. Este processo é caracterizado por uma sistematicidade, continuidade e permanência, ou seja, é um processo que procura encontrar uma construção de novos saberes (inovadores). Neste sentido, é através de um quadro teórico que o educador deve explicitar o real e oferecer ao aluno – sujeito do seu processo de aprendizagem –, condições e instrumentos para intervir na realidade. Esta prática reflexiva requer a formação do educador criativo, como aquele que possibilita ao aluno a inovação e a introdução da novidade. O acto criativo arrasta consigo a mudança, mas para que este processo resulte é fundamental que o educador se encontre em sintonia com o contexto sócio-político e cultural dos seus alunos e das suas famílias, para que possa estabelecer relações com o processo de elaboração do conhecimento de forma inovadora e motivadora. Tal solicita um constante olhar sobre a sua prática de educador enquanto sujeito social e sobre o resultado desta na perspectiva da acção reflexiva. Assim, esta proposta parte de quatro eixos norteadores: a vida quotidiana como uma referência da acção educativa; uma educação política enquanto prática de cidadania activa; uma cidadania activa enquanto uma prática educativa dialógica, participativa e democrática; um compromisso com a sociedade que tenha por base a afirmação da dignidade de toda a pessoa humana.

A vida quotidiana, como uma referência da acção educativa, solicita a capacidade de interrogação sobre o quotidiano em toda a sua complexidade e o sentido dos acontecimentos do dia-a-dia, produzindo conhecimento que se cria e recria continuamente visando a (re)construção de uma *outra* consciência – um diário de relações, emoções, perguntas.

Uma educação política enquanto prática de cidadania activa reclama formar sujeitos socialmente comprometidos, verdadeiros protagonistas do dia-a-dia, isto é, cidadãos conscientes, críticos e militantes, porque a Cidadania não deve ser resumida a uma soma de direitos ou deveres. Ela representa, antes de mais, um modo de ser, uma implicação pessoal, uma construção do mundo e da sociedade.

Uma cidadania activa enquanto uma prática educativa dialógica, participativa e democrática deve superar uma cultura autoritária, presente nas diferentes relações sociais, tendo como referência as decisões colectivas em que todos os indivíduos sejam agentes activos e construtores de conhecimento (consensos), ou seja, um compromisso com a sociedade que tenha por base a afirmação da dignidade de toda a pessoa humana, porque «mesmo coexistindo ideias muito distintas acerca dos valores e práticas educacionais, apesar de ter que lidar com situações de conflito (...), a escola pode mudar quando o conflito é encarado como uma experiência construtiva e desafiante» (Gonçalves, 2006: 107). Este compromisso deve ser entendido como algo perene, porque respeita os princípios éticos e práticos que garantem a afirmação do existente e a defesa dos Direitos do Homem. Admitimos que a Declaração dos Direitos do Homem é, sem dúvida, um ponto de partida ou um ponto de referência para este compromisso mas, no entanto, esta Declaração continua a mobilizar muito mais a palavra do que a acção.

II. Finalidades da Educação para a Cidadania

Assim, a verdadeira problemática da Educação para a Cidadania só poderá ser entendida se olharmos para aquilo que é nuclear: a Educação como problema. Não se trata, portanto, de tentar remediar «as disfunções» desta (nossa) Educação: isto seriam meras tentativas de manter, no geral, a situação tal e como ela está... «corrigindo» pequenos apêndices particulares. Mas o problema continuaria! Trata-se sim de ir ao cerne da questão e olhar de frente para o verdadeiro problema: a própria Educação é o problema, é a Educação como problema. Deste modo, o nosso tema terá de ser colocado na forma de um genitivo objectivo/subjectivo. O problema é o da Educação e das suas finalidades e terá de resolver-se partindo da e pela Educação. Tudo isto fará sentido se partirmos de uma análise da actualidade, de uma necessidade essencial de «viver à altura do nosso tempo». Só depois de uma análise e compreensão profunda daquilo que é o nosso tempo, o tempo onde irremediavelmente (para bem ou para mal) temos de viver, poderemos, partindo da Educação, *repensar* o significado da Educação. Não é aquilo que deveria ser a educação nem, por outro lado, aplicar receitas do século passado ao novo século onde vivemos: trata-se de entender a Educação hoje, o que são as suas finalidades, hoje. Não nos valem velhas ferramentas nem nos vale uma fascinação pelo dever ser. Deste modo, identificamos as finalidades da Educação para a Cidadania com as seguintes categorias: Racionalidade, Responsabilidade, Autonomia e Gestão de Escolhas. Sabemos que o homem nasce incompleto e é exactamente a partir dessa incompletude biológica e antropológica que surgem estas finalidades. O ser humano, consciente da sua razão, é capaz de compreender a sua liberdade, isto é, é um ser livre porque é simultaneamente racional. Sabe que é um ser pensante, que tem razão e liberdade mas, no entanto, não conhece

o seu significado. Ora, só pode ser livre se descobrir nele a racionalidade e deste modo pode e deve construir a sua história mas escrevê-la com significado ou racionalmente. Então, o ser humano pode usar racionalmente a liberdade que lhe é conferida pela sua indeterminação inicial, porque esta incompletude gera, por um lado, a falta de algo, mas e ao mesmo tempo, o projecto. Este ganho de consciência da ausência e da riqueza só é possível através da consciência da racionalidade e liberdade. Portanto, o ser humano pode traçar o seu próprio projecto de vida, mas essa construção será tanto mais livre quanto mais racionais e esclarecidas forem as suas opções. Daqui decorre a importância da Educação, pois dela depende o grau de esclarecimento (logo, de liberdade) com que agimos. A Educação é um projecto antropológico já que ela não é um fim em si mesma, tendo antes como uma das finalidades a livre escolha do Bem Comum, ou seja, a Cidadania.

Se concordamos que quem é responsável é livre, mas quem é livre nem sempre toma atitudes responsáveis, então surge a necessidade de encontrarmos uma justa medida. É exactamente aqui que o ser humano descobre a responsabilidade: ao pensar reconhece a liberdade de poder pensar, mas entende que às vezes não pensa correctamente e por isso não utiliza da melhor maneira a liberdade, logo não é responsável. Perante isto, perspectivamos três *responsabilidades possíveis*: a responsabilidade espontânea, a responsabilidade consciente e a responsabilidade fundamental. Por responsabilidade espontânea entendemos aquela responsabilidade em que o sujeito se admite como autor do seu acto imediatamente, enquanto que a responsabilidade consciente, envolvendo o entendimento de aceitar as consequências dos seus actos, no acto *vai aparecendo/surgindo* a consciência. Finalmente, a responsabilidade fundamental diz respeito ao julgamento *a priori* do valor do acto, ou seja, uma existência prévia de deliberação que implica consciência (razão), liberdade e responsabilidade. Nesta última,

está presente aquilo que designamos por Bem Comum, logo, Cidadania.

Mas para tal é necessário Autonomia, porque ser autónomo é fazer uma busca e reflexão pessoal, mas também é construir uma visão pessoal da realidade que traduz as suas formas de se situar no mundo. Note-se a importância de definição de um conjunto de regras interiores, articulando a autonomia individual com a(s) autonomia(s) do(s) outro(s). Como referimos anteriormente, o acto de escolher reflecte a existência, implica consciência/compreensão em relação a si e ao mundo e exige saber/conhecer as várias opções e os seus significados. Esta capacidade de gerir escolhas, insistimos mais uma vez, decorre da Educação. A decisão ou a escolha implica imprimir nessas escolhas feitas algo do nosso ser, isto é, da nossa identidade. Como afirmava Kierkegaard, *ao escolher, escolho-me*, e esta é uma máxima que parece esquecida e banida. Neste contexto, entendemos que tal como a vida actual, a questão da Educação corre num ritmo sem precedentes – nunca foi tão falada e discutida como actualmente.

Qual será a razão? Apesar de existirem vários discursos, tornando assim a questão plural, e não desprezando as polémicas e controvérsias que ela envolve, existe uma ideia comum, uma posição de base relativamente à Educação: *a educação está doente*. Por todo o lado, em toda a parte do mundo, publicam-se artigos, investigam-se os seus males, identificam-se as causas da convalescência, apresentam-se soluções, não esquecendo as incessantes reformas educativas e o alargamento da participação no debate sobre a *doença da Educação*. Quando actualmente falamos de educação, partimos do pressuposto de que o seu sentido e significado estão já bem evidentes para todos. Contudo, constantemente somos confrontados com expressões que já vão sendo hábito: «sem Educação, nada feito»; «estamos sempre a aprender»; «o fundamental é motivar os alunos»; «a relação professor – aluno é o essencial»... É óbvio que estas constatações são importantes, mas nada mais, porque elas não passam de

problemas relacionados com a Educação, ou seja, de contrariedades de funcionamento, nada mais do que isso. Portanto, a *doença da educação* resiste a estas expressões, porque o que está verdadeiramente na raiz desta questão é entender a Educação, o facto da Educação estar a adoecer, como um problema, o verdadeiro problema. Assim, devemos todos unir esforços e perceber o sentido e significado do problema, o sentido e o significado da Educação. O nosso intuito foi arriscar uma resposta. Esta doença, o problema, pode resultar de uma falta de atenção, a saber: se a Educação visa, sobretudo, formar e aperfeiçoar seres humanos, ela deve relevar sempre níveis fundamentais. A formação intelectual e humana são indispensáveis, porque daqui depende o efectivo desenvolvimento da personalidade. Só assim se alcançará uma humanidade sólida e madura. O sentido da Educação, o ser da Educação, é aquele que toca o coração, é, no fundo, o equilíbrio. Se o agir pedagógico parar para reflectir, se abrandar sempre que a superação de um nível se torne mais difícil do que outro, se não pisar linhas que não merecem qualquer sentido, porque carecem de significado, se souber suspender a marcha sem precisar de um sinal amarelo, a Educação encontrará a cura, o seu sentido e significado.

Acreditamos que a Educação é o único modo de promover o desenvolvimento gradual de todos os seres humanos. Chegaremos à meta, em primeiro, ao alcançar a sabedoria, tendo em conta a fabilidade humana, porque defendemos a existência de requisitos para atingir esse aperfeiçoamento que muitos aspiram. São eles: a exigência, a precisão, a justeza, o rigor e a consistência. Por tal, entendemos que Educar para a Cidadania é praticar a Cidadania, tendo em conta estas finalidades que são fundamentais e não fundamentalistas. O incompleto, completa-se (ainda que não totalmente), porque na falta/ausência, o ser humano descobre a Cidadania – um bem ou amor construído e sempre por construir. Um amor pelo saber, um amor por aquilo que o ser humano

é verdadeiramente, um amor reflectido e determinado, que não é posse de saber, mas antes um projecto que não é desejo vão! Um projecto emergente (resulta do incabamento bilológico e antropológico) e urgente, tendo como objectivo principal – ser cidadão.

A Escola – Comunidade Educativa deve ganhar consciência deste projecto, bem como do seu processo para garantir a consciencialização do mesmo por parte da escola e dos seus alunos. Portanto, o projecto antropológico concretiza-se no Projecto Educativo de Escola, isto é, num projecto de Cidadania fundamental e fundamentado.

O Exercício da Cidadania no Jardim-de-Infância – um primeiro Encontro

Tendo presente a convicção de Lipman de que «(...) há uma necessidade evidente de um enfoque maior no direito de a criança raciocinar, especialmente aquele aspecto do problema que Bertram Bandman, num artigo recente, chamou de *o direito de a criança investigar*» (Lipman; 1988: 217), nasceu este *Encontro*, que foi desenvolvido com vários grupos de crianças de um Jardim de Infância do grande Porto, integrado em ateliers de Filosofia para Crianças e que se institui como uma reflexão crítica proactiva, conducente à implementação prática e futura de um programa de Filosofia para Crianças.

Nestes ateliers de Filosofia para Crianças procurou-se desenvolver o raciocínio que proporciona através da prática do diálogo, o desenvolvimento cognitivo, afectivo e social, das crianças, nomeadamente ao nível da dimensão crítica, criativa e ética do seu pensamento, numa relação profunda entre o pensar, falar e o agir. Deste modo, as regras e os princípios do pensar surgiram sempre associados à experiência vivida e sentida pelas crianças – pergunta-se o que significa pensar para em seguida indagar quanto e como se pensa no Jardim

-de-Infância, para ir de casa ao jardim-de-infância e como deveriam ser todos os Jardins-de-Infância. Ora, o papel do educador é propositadamente reservado. Por outras palavras, o educador facilita a discussão e cuida das regras e só em alguns momentos (poucos) expõe o seu ponto de vista, porque o valor do diálogo, o exercício de escutar o outro, em última análise, o exercício da cidadania, é aprendido no processo de conhecimento. Os «conteúdos» da lógica são vivenciados com significado e sentido, ao serviço de uma problematização da experiência quotidiana.

As conclusões que podemos retirar desta experiência são as seguintes:

- As crianças mostraram capacidades de diálogo (racional);
- As crianças apresentaram razões (e não opiniões) para as suas condutas;
- As crianças ficaram familiarizadas com os «defeitos» de que estão normalmente impregnadas as perguntas, a saber: vagas, adulteradas, autocontraditórias, sem sentido ou baseadas em suposições incorrectas;
- As crianças compreenderam as conexões entre parte-todo e todo-parte, evitando o erro na relação entre a parte e o todo – assumir que, se um membro de um grupo tem uma característica, todo o grupo também a tem. Igualmente, deve ser evitado o erro na relação do todo com a parte, onde a característica do todo é atribuída à parte.
- As crianças iniciaram um *novo processo*: a *obrigatoriedade* de enunciar razões para sustentar opiniões que podem ser questionáveis.

Considerações Finais

A Cidadania não é lição a ser ensinada ou transmitida. É, antes, um conjunto de posturas a desenvolver/estimular. Educar para a Cidadania é, portanto, possibilitar o acesso

de todos aos bens culturais da nossa sociedade, desenvolver as capacidades de interação e partilha e fazer germinar em cada aluno a ideia e o sentimento do que é viver em função do bem comum. Educar para a Cidadania é educar para a ética, para a solidariedade, para a comunidade e para a participação. Assim, a educação para a Cidadania deve realizar-se num quadro de complexificação da missão cívica da escola.

Ora, a educação para uma Cidadania activa põe em cena dimensões políticas, culturais e pedagógicas e exerce-se aos níveis institucional e do quotidiano da escola. Para existir verdadeiramente uma educação para a Cidadania é necessário uma renovação pedagógica e organizacional da Escola – Comunidade Educativa, admitindo que as áreas da acção educativa centrais para a Educação para uma Cidadania activa são os saberes escolares, a ligação escola-comunidade e a participação dos alunos. Estas proposições sustentam a ideia de que a educação para a Cidadania, não sendo parte do currículo, põe em cena acções de transformação das estruturas organizacionais e pedagógicas das escolas e só pode fazer pleno sentido à luz de um projecto político-pedagógico da acção educativa, ou seja, de um Projecto Educativo de Escola entendido como um referencial de opções por valores e prioridades da acção educativa na organização escolar, comprometido com o alargamento dos direitos sociais (no qual assume especialmente relevância o direito ao saber e à cultura) das crianças e jovens e das respectivas comunidades envolventes. Deste modo, é possível definir algumas orientações para uma Educação para a Cidadania activa, com incidência nos domínios institucional e pedagógico: fomentar um ambiente escolar participativo; favorecer o estudo, o reconhecimento e o respeito das diferenças; redefinir as competências dos participantes e os estilos de representação; criar espaços de debate e de discussão; conceber o projecto educativo de escola segundo uma matriz participativa. Ao nível do quotidiano pedagógico, uma Educação para a Cidadania

activa deve orientar o processo de ensino-aprendizagem segundo uma lógica de «empowering» dos alunos, levando-os a fazer escolhas e a tomar decisões, conduzindo-os a considerar o impacto das suas decisões nos outros, «treinando» técnicas e promovendo capacidades de resolução de problemas, favorecendo o trabalho cooperativo e criando oportunidades de ganho de consciência, ou seja, «(...) aos alunos é oferecida a possibilidade de alcançar consciência de si, olhar-se como um ser humano integral, sentir-se que com a ajuda do Outro, pode e deve envolver-se na edificação de um mundo melhor (...)» (Gonçalves, 2006:108).

Estas «orientações», mais do que um receituário adicional a tantos outros, pretendem apenas humildemente pontuar um discurso e desafiar a imaginação pedagógica dos professores/educadores. Pontuar um discurso, assinalando as balizas de uma possibilidade: a de uma Educação para a Cidadania, resgatada da ganga ideológica que a confunde com endoutrinação ou disciplinação social, promotora de consciências críticas e orientada numa perspectiva de mudança e desenvolvimento. Desafiar a imaginação pedagógica, permitindo a construção de espaços educativos firmados na *utopia realizável* de uma *outra escola* em torno dos direitos e deveres sociais. Neste caso, a escola representa a esperança e aparece-nos «como uma força que se dirige para o futuro, uma meta, uma visão daquilo que poderá ser, daquilo que poderemos realizar (...) e que devemos perseguir com a nossa vontade, assumindo os riscos» (Alberoni, 2002:19). Vamos começar, aqui e agora.

Referências bibliográficas

- ALBERONI, F., (2002), *A Esperança*, Lisboa, Bertrand Editora.
CARVALHO, A., D., (1992), *A Educação como Projecto Antropológico*, Porto, Afrontamento.
LIPMAN, M., (1988), *A Filosofia vai à Escola*, São Paulo, Summus Editorial.
GONÇALVES, D., (2006), «Da Inquietude ao Conhecimento» in *Saber Educar* nº 11, Porto, Ed. ESEPF, pp. 101-109.